





RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 717-A de 2015, DE AUTORIA DOS SENHORES DEPUTADOS BRUNO DAUAIRE E LUIZ PAULO QUE “REGULAMENTA A RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES SOBRE A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA DE SEUS PRODUTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”

Muito embora elogiável a inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, foi levado à contingência de vetar integralmente o presente Projeto de Lei, que pretende regulamentar a responsabilidade dos fornecedores de bens duráveis em relação a “vida útil projetada para o produto”. Redundante, mas, indispensável destacar a preocupação do legislador estadual com a matéria disciplinada nesta proposta legislativa, uma vez que evidente o seu compromisso assegurar aos consumidores uma maior tutela, no campo das relações consumeristas. No entanto, a iniciativa extrapola os limites da competência concorrente prevista no artigo 24 da Carta Magna, eis que a União já logrou êxito em implementar norma geral consumerista (Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990), que trata da matéria de forma ampla e eficiente, não existindo qualquer peculiaridade ou particularidade regional que justifique a edição de legislação suplementar pelo Estado do Rio de Janeiro. Deste modo, está previsto no artigo 31 do diploma legal acima mencionado, que os produtos devem assegurar informações corretas em relação à “garantia, prazos de validade e origem”, o que nos conduz a conclusão de que a temática prevista pela proposta já foi devidamente tratada. Instado a se manifestar, o PROCON-RJ ponderou que embora busque a proteção dos consumidores, a iniciativa não parece adequada quanto a sua viabilidade prática, uma vez que a definição da vida útil projetada para o produto denota-se bastante complexa e demandaria a existência de um rol taxativo ou parâmetros previamente definidos em regulamento específico. Ressaltou que pretender estabelecer uma vida útil mínima garantida pelo fabricante seria impraticável e certamente levaria a um aumento nos custos dos produtos para os usuários, acarretando também insegurança jurídica aos fabricantes, pois acabaria confundindo os institutos da garantia contratual com a durabilidade. Acrescentou que a implementação da medida poderá acarretar cerceamento da livre concorrência, o que futuramente refletirá uma limitação da capacidade dos estabelecimentos competirem entre si, violando o estabelecido pelo artigo 170 da Constituição Federal, na medida em que impõe ônus apenas para as empresas instaladas no Estado do Rio de Janeiro, que, evidentemente ficarão em desvantagem em relação aos demais Estados. Por fim, porém não menos importante destacar, que ao utilizar a expressão “vida útil projetada para o produto”, de forma ampla sem apontar parâmetros precisos, a iniciativa inobservou o estabelecido pela Lei Complementar nº 95, 26 de fevereiro de 1998, que em seu artigo 11 disciplina que “as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e lógica”. Por todo o exposto, entendi mais adequado apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO  
Governador

Id: 2479803

## AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

### Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

#### SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

##### EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo de Apostilamento nº 002/2023, referente ao Décimo Quinto Termo Aditivo do Convênio nº 001/2013.  
**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA - SE-TRAM e RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A.  
**OBJETO:** O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do Décimo Quinto Termo Aditivo do Convênio nº 001/2013, por parte da CONCEDENTE, visando atualizar o valor total do referido termo para R\$ 344.940.307,63 (trezentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e quarenta mil trezentos e sete reais e sessenta e três centavos). Dessa forma, o valor total do Convênio nº001/2013 passará para R\$ 4.587.457.272,89 (quatro bilhões e quinhentos e oitenta e sete milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 26/04/2023  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ATO:** Processo nº SEI-100001/000078/2023

Id: 2475857

#### SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Décimo Sexto Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2013.  
**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA - SE-TRAM e a RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo do Convênio de Operacionalização do Sistema do Bilhete Único e acréscimo do valor do convênio no montante de R\$ 652.060.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois milhões e sessenta mil reais) levando seu valor total para R\$ 5.239.517.272,89 (cinco bilhões, duzentos e trinta e nove milhões, quinhentos e dezessete mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos).  
**VALOR:** R\$ 652.060.000,00  
**PRAZO:** 12 (doze) meses a contar de 01/05/2023, ficando prorrogado até 30/04/2024.  
**DATA DA ASSINATURA:** 30/04/2023.  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ATO:** Processo nº SEI-E-10/001/53/2013.

Id: 2476075

SABE O QUE O GOVERNO DO ESTADO FAZ PARA  
ATRAIR EMPRESAS PARA O RIO DE JANEIRO?  
TRABALHA PARA MELHORAR A SUA VIDA.

UM ESTADO SÓ É BOM PARA INVESTIR  
QUANDO É BOM PARA VIVER

#RJpronto

INVISTA NO RIO DE JANEIRO

Saiba mais em [www.rj.gov.br](http://www.rj.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

## DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

### PUBLICAÇÕES

#### ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

#### PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901  
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

### AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

**RIO** - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro  
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549  
Email.: [agerio@ioerj.rj.gov.br](mailto:agerio@ioerj.rj.gov.br)  
Atendimento das 8h às 17h

**NITERÓI** - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.  
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705  
Atendimento das 8h às 17h.

#### PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col \_\_\_\_\_ R\$ 132,00

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:**  
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

**Patricia Damasceno**  
Diretora-Presidente

**Flávio Cid**  
Diretor Administrativo

**Rodrigo M. Caldas**  
Diretor Financeiro

**Jefferson Woldaynsky**  
Diretor Industrial